



ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM

PROPOSTA DE
IMPLEMENTAÇÃO EM
MAÇÃO

AIGP de ABOBOREIRA

ABRIL 2021



Índice

INTRODUÇÃO	4
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE	10
1.1. DESIGNAÇÃO	10
1.2 MORADA	10
1.3 N.º TELEFONE.....	10
1.4 ENDEREÇO ELETRÓNICO.....	10
2. PESSOA DE CONTACTO PARA COMUNICAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	10
2.1 NOME	10
2.2 N.º TELEFONE.....	10
2.3 ENDEREÇO ELETRÓNICO.....	10
3. IDENTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	11
3.1 MUNICÍPIO.....	11
3.2 FREGUESIAS ABRANGIDAS	11
4. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS.....	12
4.1 LOCALIZAÇÃO	12
4.1.1 <i>Planta com a Delimitação da Área a Intervencionar</i>	<i>12</i>
4.1.2 <i>Imagem Gerada a Partir da Composição Final Para Publicação.....</i>	<i>13</i>
4.2 MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE AIGP	14
4.2.1 <i>Caracterização e diagnóstico da área de intervenção da AIGP</i>	<i>14</i>
A – Demografia.....	14
C - Ocupação dos Solos	17
D - Litologia e Solos	18
E - Exposição Solar.....	19
F - Modelos de Combustível.....	20
G - Hidrografia	21
H - Locais críticos com risco de incêndio, Áreas Edificadas e outras Infraestruturas	22
J - Enquadramento da AIGP de Aboboreira relativamente ao PDM, a REN e RAN.....	26
K- Ponto de situação da informação cadastral disponível e estimativa do número de prédios abrangidos pela AIGP	26
4.2.2 <i>Identificação de atores relevantes.....</i>	<i>27</i>
4.3 PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO	32
4.4 PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA OIGP	33

Índice de Ilustrações

Figura 1: Enquadramento nacional de Mação.....	4
Figura 2: Área ardida concelho Mação 1990-2019	5
Figura 3: Planta com a delimitação das AIGP propostas para o Concelho de Mação e respetivas áreas de implantação.....	9
Figura 4: Planta com a delimitação da área de intervenção da AIGP de Aboboreira	12
Figura 5: Delimitação da área de intervenção da AIGP de Aboboreira	13
Figura 6: Distribuição dos aglomerados urbanos na área de intervenção da AIGP de Aboboreira	15
Figura 7: Hipsometria da AIGP – Aboboreira.....	16
Figura 8: Declives da AIGP - Aboboreira	17
Figura 9: Ocupação de Solo da AIGP - Aboboreira.....	18
Figura 10: Exposição Solar da AIGP – Aboboreira.....	19
Figura 11: Modelo de Combustíveis Florestais da AIGP - Aboboreira	20
Figura 12: Hidrografia da AIGP - Aboboreira.....	21
Figura 13: Infraestruturas de Defesa da AIGP - Aboboreira.....	22
Figura 14: Enquadramento da AIGP - Aboboreira relativamente ao PROF.....	23
Figura 15: Enquadramento da AIGP – Aboboreira e do Concelho de Mação relativamente ao PROF	25

Introdução

O concelho de Mação localiza-se no centro geométrico de Portugal continental, e pertence ao distrito de Santarém. Situa-se no vértice de três províncias tradicionais: Beira Baixa, Ribatejo e Alentejo, e é limitado a Norte pelo Concelho da Sertã, a Nascente por Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, a Poente por Vila de Rei, Sardoal e Abrantes e a Sul pelo rio Tejo e pelos Concelhos de Nisa e do Gavião.

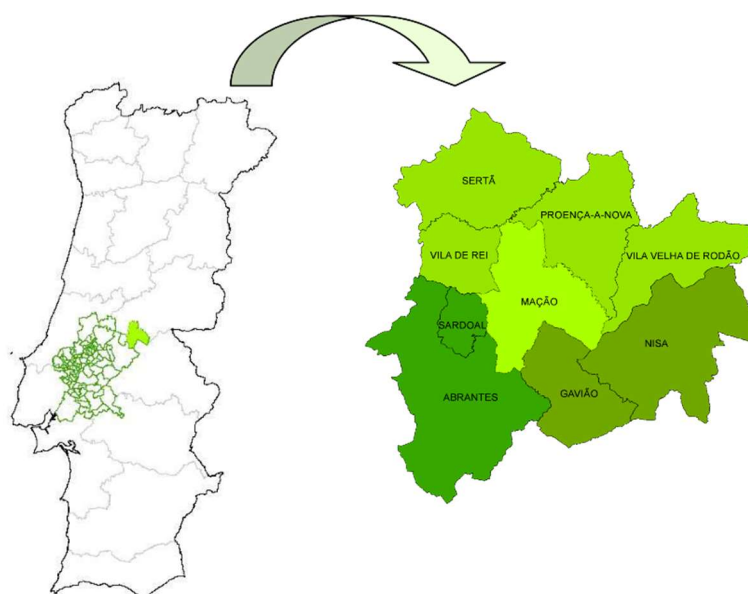


Figura 1: Enquadramento nacional de Mação

O Município de Mação integra a Unidade Territorial do Médio Tejo, desde 2010, tendo-se desvinculando da NUT do Pinhal Interior Sul, que integrava. Para efeitos dos serviços desconcentrados da Administração Central ao nível Regional, o município de Mação integra-se na NUTS II – Lisboa e Vale do Tejo.

A dimensão catastrófica dos incêndios rurais que têm atingido o território deste município (que atingiram o seu maior impacto em 2017), espelha claramente a total insustentabilidade da paisagem existente nesta região, bem como a ineficácia das atuais medidas de apoio e do sistema de combate aos incêndios.

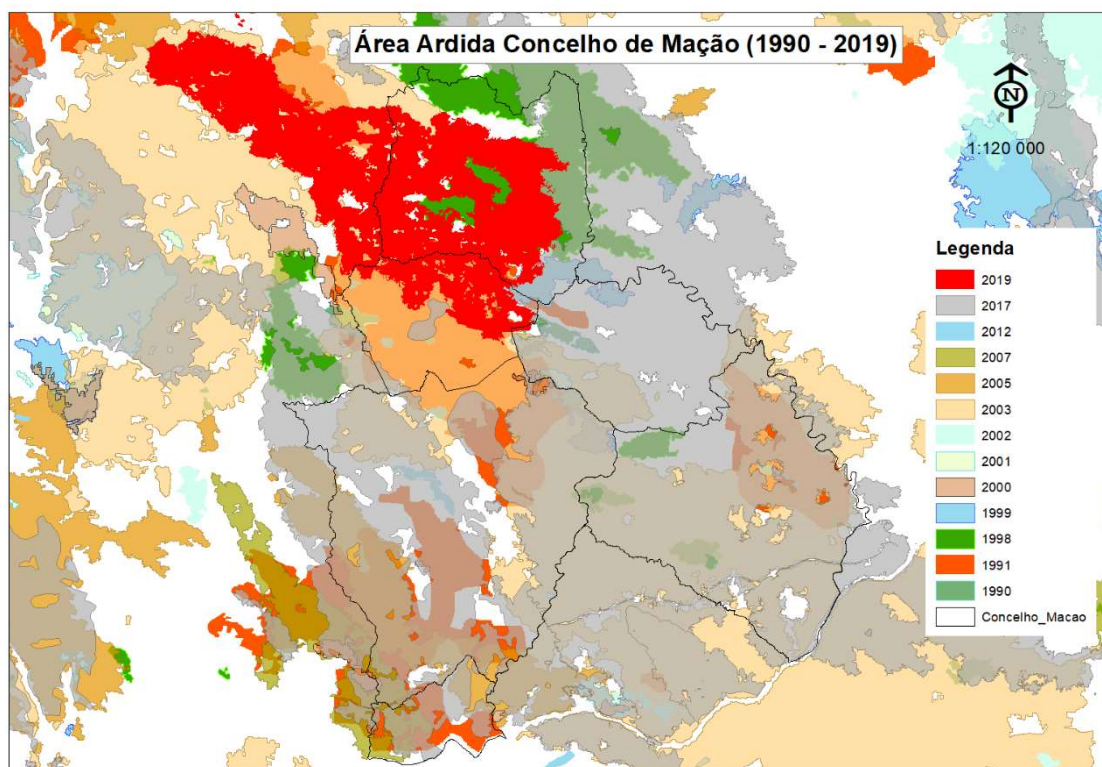


Figura 2: Área ardida concelho Mação 1990-2019

Em consequência, este território afigura-se como uma das regiões mais desertificadas e envelhecidas não apenas de Portugal, mas de toda a União Europeia, apresentando dos mais preocupantes indicadores socioeconómicos e demográficos.

Pretende-se com este projeto iniciar uma ação diferenciada relativamente ao passado, por forma a viabilizar a aplicação prática dos conceitos de Planeamento, Ordenamento e Gestão, contribuindo para a construção de uma Paisagem sustentável e resiliente aos grandes incêndios rurais e adaptada às alterações climáticas.

O concelho de Mação, à semelhança de grande parte da região envolvente (e de muitas outras no País) sofreu no passado recente uma transformação radical na sua paisagem, com o desaparecimento do sistema agro-silvo-pastoril.

Este sistema, que permitiu suportar, na década de 50, aproximadamente 21000 habitantes no concelho de Mação, caracterizava-se pela utilização intensiva de todas as terras com viabilidade para a agricultura (com destaque para olivicultura, os cereais e as culturas hortícolas). Apenas às áreas marginais, de maior declive, era dado um uso florestal. Efetivamente o modo de vida das populações baseava-se nas atividades agrícola e pastoril, com uma utilização intensiva dos matos, o que permitia também um reforço da fertilidade das terras.

Ao contrário do que aconteceu noutras regiões do país, nesta região os agricultores que naturalmente foram envelhecendo e desaparecendo não foram substituídos por novas gerações.

As pequenas parcelas de terra que viabilizavam as explorações agrícolas e pecuárias familiares na década de 50, quando divididas e passadas às gerações seguintes, não eram suficientes para garantir a um modo de vida à altura das exigências das novas gerações.

As novas gerações procuraram novas formas de subsistência económica, migrando para o resto do país ou para o estrangeiro. No entanto, apesar de viverem fora deste território, continuaram naturalmente a herdar a terra e a passá-la aos seus herdeiros.

A maioria dos que continuaram a habitar no território de Mação foram obrigados a encontrar formas de subsistência fora da atividade agrícola, muitos mantendo, no entanto, uma pequena atividade agrícola complementar.

De um território onde subsistiam cerca de 21000 pessoas, quase exclusivamente através de atividades agrícola e pecuária, Mação tornou-se num concelho em que o número de habitantes que dependem dessas atividades é virtualmente nulo.

Apesar de residirem ainda no concelho cerca de 7000 pessoas, sentem-se atualmente as consequências do colapso de um sistema de gestão do território que existiu durante séculos neste concelho, e que sempre manteve o equilíbrio ambiental.

Fazendo-se uma análise da ação individual dos membros destas populações, é fácil compreender a sua motivação de cariz económico:

- A florestação das áreas com potencial agrícola, bem como de espaços previamente ocupados por matos e pastagens (que antes serviam de compartimentação às áreas florestais);
- A preferência por espécies florestais de crescimento rápido;
- O aparente abandono da gestão das áreas florestais de baixa produtividade;
- O abandono massivo do campo, das atividades agrícolas e da pastorícia;
- A migração para as cidades.

Apesar destas decisões trazerem frequentemente benefícios económicos a nível individual, são insustentáveis quando analisadas à escala da paisagem, e trouxeram já consequências graves para estas regiões.

Com o colapso das atividades agrícolas e o desaparecimento dos milhares de animais de pastorícia existentes, foram deixadas ao abandono extensas áreas de terra que naturalmente a floresta invadiu.

Em grande parte do território, o abandono da exploração agrícola e do pastoreio, aliado à proximidade de áreas ocupadas por pinheiro-bravo, levou a que naturalmente se estabelecessem novos povoamentos de pinheiro.

A plantação de eucalipto, motivada por razões económicas, acelerou também o processo de transformação da paisagem.

Esta utilização do território apresenta-se como totalmente insustentável em termos ambientais, como os grandes incêndios rurais têm vindo a demonstrar, de modo inequívoco.

A presente situação representa um enorme desafio, sendo o caos instalado na paisagem a primeira consequência do desaparecimento de toda uma estrutura socioeconómica e demográfica.

No fulcro da problemática dos grandes incêndios florestais encontram-se as profundas alterações sociológicas, demográficas e económicas que sofreram estes territórios. Estas alterações foram originadas por alterações no mercado mundial, mas foram também exacerbadas pela depressão das economias rurais em consequência da recorrência de grandes incêndios

A aldeia, e os agricultores que nela habitavam, foram durante séculos a “ferramenta” de gestão destes territórios. Atualmente, as aldeias demonstram uma total incapacidade de desempenhar esse papel. O êxodo rural e o envelhecimento da população originaram profundas alterações sociológicas, que impossibilitam a gestão destes territórios da forma tradicional.

O concelho de Mação representa cerca de 40.000 hectares de território que se encontram retalhados em aproximadamente 80.000 propriedades de reduzida dimensão. A média fundiária é então de aproximadamente 0,5 há, e os proprietários de cerca de 75% das propriedades encontram-se ausentes do território. Face a estes dados, facilmente se constata a necessidade de promover novas formas de gestão conjunta da propriedade rústica, que pela sua escala, não apresenta racionalidade económica.

Para que se verifique uma mudança efetiva da presente situação, torna-se necessária a adoção de uma nova ferramenta de gestão. Nesta gestão, deve reinventar-se a ação desempenhada no passado pela aldeia e pelo agricultor.

Esta nova ferramenta de gestão está espelhada no instrumento jurídico das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP). Este instrumento foi criado para promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, e adequando-se inteiramente às características locais.

O modelo preconizado é orientado para comunidades locais concretas, dependendo a sua constituição da mobilização dos produtores e proprietários, que se pretende atingir através da dinamização efetuada pelas entidades envolvidas.

Considerando o historial do município de Mação, com o seu empenho nas ações de prevenção e combate aos incêndios, bem como na promoção da gestão conjunta (através dos projetos de áreas agrupadas e da constituição de ZIF), torna-se essencial aproveitar a presente oportunidade de inverter o catastrófico rumo das últimas décadas.

Considerando que as cinco ZIF existentes no concelho de Mação foram constituídas na sequência dos catastróficos incêndios de 2003, com o objetivo de implementar a gestão conjunta dos territórios de minifúndio, apresenta-se como completamente inviável a escolha do território de apenas uma delas para aplicação de um projeto demonstrativo.

Mação foi notoriamente o concelho com maior área ardida do país, quer em termos de área total ardida, quer em termos percentuais da área ardida relativamente a área total do concelho. Por esta razão, torna-se evidente a necessidade de reconstruir neste concelho uma paisagem sustentável em termos ambientais, sociais e económicos. Isto só poderá ser feito através de intervenções em Áreas Integradas de Gestão da Paisagem.

Conscientes da profunda debilidade das estruturas sociais destes territórios, pretende-se, através das instituições locais, promover uma ação catalisadora e dinamizar de forma direta ações de mudança no ordenamento e na gestão.

Propõe-se então a criação simultânea de AIGP em todo o território do concelho. Estas AIGP serão coincidentes com as antigas freguesias, que representam de maneira fiel a organização social e territorial há muito interiorizada pelas populações.

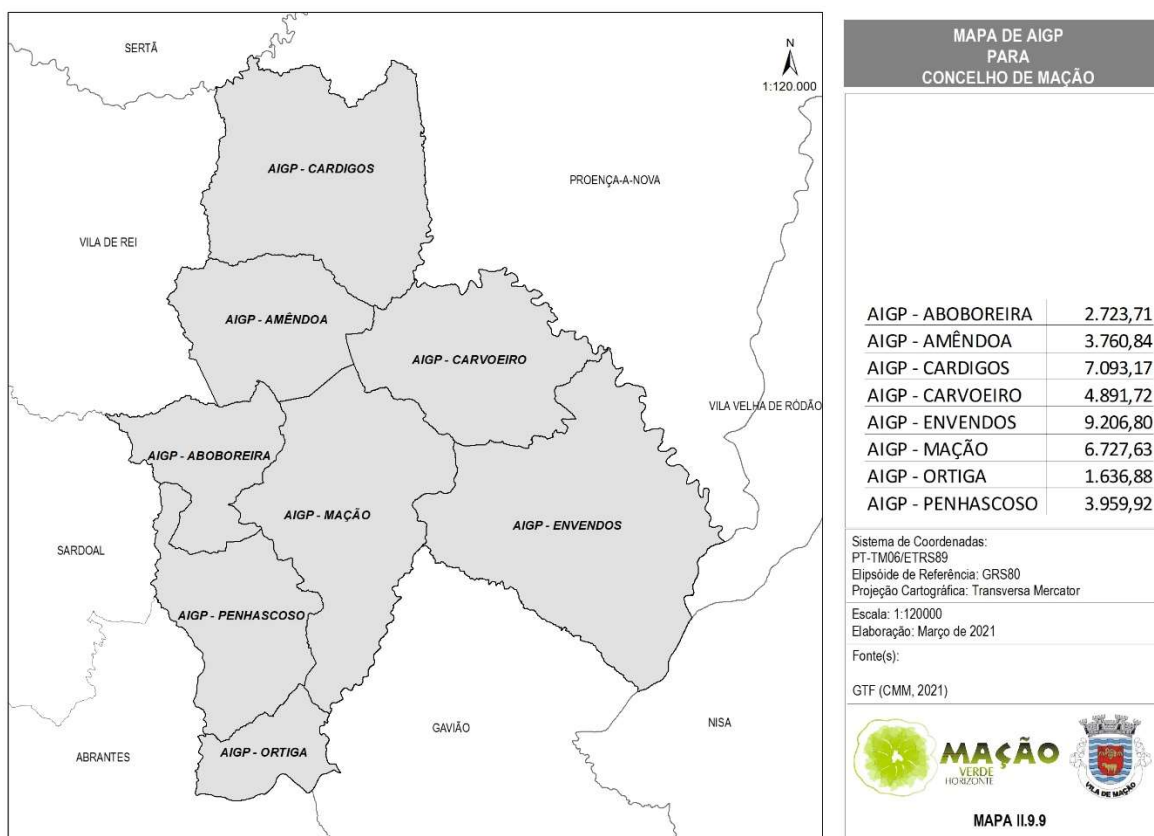


Figura 3: Planta com a delimitação das AIGP propostas para o Concelho de Mação e respetivas áreas de implant

1. Identificação do Proponente

1.1. Designação

Esta é uma proposta conjunta da Câmara Municipal de Mação e da Aflomação – Associação Florestal de Mação.

A Câmara Municipal de Mação irá assumir formalmente o papel de entidade proponente. Salienta-se, no entanto, que esta proposta foi detalhadamente discutida, elaborada e assumida de forma conjunta com a associação de proprietários florestais Aflomação – Associação Florestal de Mação.

1.2 Morada

Rua Padre António Pereira de Figueiredo

1.3 N.º Telefone

241577200

1.4 Endereço Eletrónico

geral@cm-macao.pt

2. Pessoa de contacto para comunicação e pedido de esclarecimentos

2.1 Nome

António José Martins Louro

2.2 N.º Telefone

962497578

2.3 Endereço Eletrónico

antonio.louro@cm-macao.pt

3. Identificação do Território

3.1 Município

Município de Mação – AIGP de Aboboreira

3.2 Freguesias Abrangidas

União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira

4. Elementos instrutórios

4.1 Localização

A Área Integrada Gestão da Paisagem da Aboboreira localiza-se na União de Freguesias de Mação, Aboboreira e Penhascoso e tem uma área de 2,723.7 hectares. Corresponde ao território da antiga freguesia de Aboboreira. Localiza-se na zona Oeste do concelho de Mação, e engloba os aglomerados urbanos de Aboboreira, Chão de Codes, Serra, Casalinho, Louriceira e Cerro do Outeiro.

4.1.1 Planta com a Delimitação da Área a Intervencionar

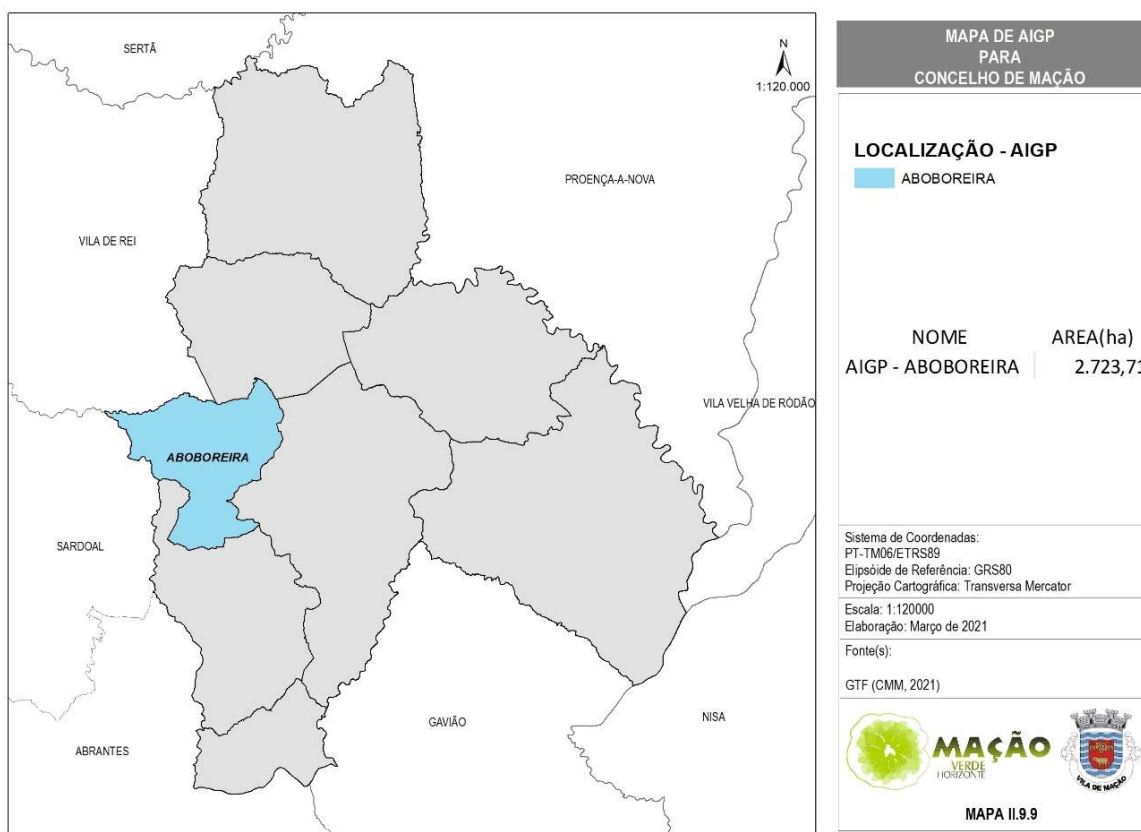


Figura 4: Planta com a delimitação da área de intervenção da AIGP de Aboboreira

4.1.2 Imagem Gerada a Partir da Composição Final Para Publicação

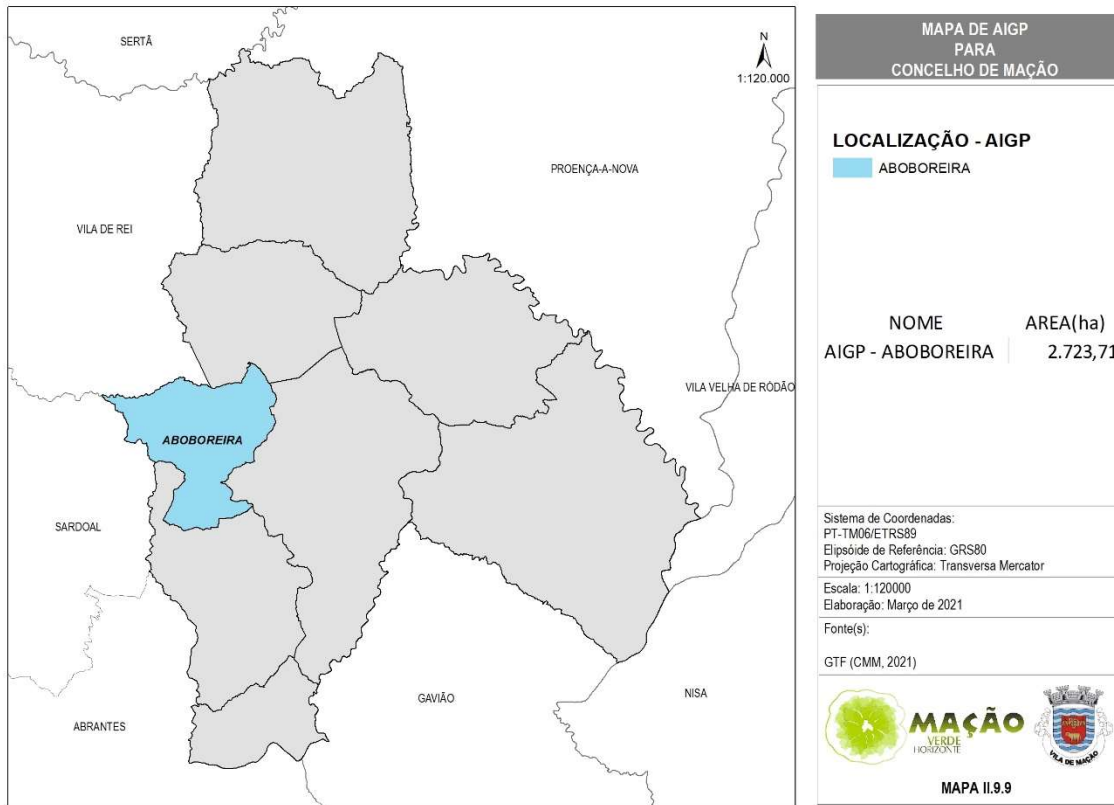


Figura 5: Delimitação da área de intervenção da AIGP de Aboboreira

4.2 Memória Descritiva e Justificativa da Proposta de AIGP

4.2.1 Caracterização e diagnóstico da área de intervenção da AIGP

O território de implantação da AIGP de Aboboreira tem sido fustigado pelos grandes incêndios que atingiram o concelho de Mação. Para além dos recentes incêndios que em 2017 atingiram de modo particularmente severo atingiram este território, o mesmo já havia acontecido em 2003 e 1991, num claro padrão de repetição cíclica.

A desertificação humana galopante, o colapso do sistema agrário, a interrupção na substituição de gerações nas atividades agrícolas, e alterações drásticas na paisagem, são de um modo direto os traços mais marcantes da situação socioeconómica da antiga freguesia de Aboboreira.

Em termos ambientais, a situação catastrófica relacionada com os incêndios é ainda agravada pela presença de inúmeros povoamentos semiabandonados de eucalipto e o crescimento descontrolado dos territórios conquistados pelas espécies exóticas invasoras como as acácias, mas de modo particularmente grave pela exótica *Hakea Sericea*.

A – Demografia

Em termos demográficos, o território desta AIGP apresentava, aquando da realização dos Censos de 2011, 513 habitantes. Com 640 habitantes no início do século XX, atingiu um máximo de 1335 em 1970. Desde então, a população tem vindo progressivamente a diminuir, e apresenta atualmente um índice de envelhecimento extremamente elevado, sendo muito reduzido o número de jovens residentes.

A população ativa encontra ocupação em diversos setores, nomeadamente na área Social, como no Centro de Dia de Aboboreira e outras IPSS existentes nas freguesias envolventes.

A construção civil e as atividades a ela ligadas são das áreas mais significativas em termos de postos de trabalho criados. A indústria alimentar, nomeadamente a transformação de produtos cárnicos tem também ainda um papel de relevo.

A proximidade de vários núcleos urbanos de maior dimensão como Mação, Vila de Rei Sardoal e Abrantes constitui também uma mais-valia com impactos positivos para a manutenção de uma comunidade com alguma dinâmica populacional.

A população residente que subsista exclusivamente das atividades agrícolas ou florestais é praticamente inexistente. Estando já decorrer os Censos 2021, será muito em breve possível contar com informação atualizada de grande relevância sobre as características da população atual deste território.

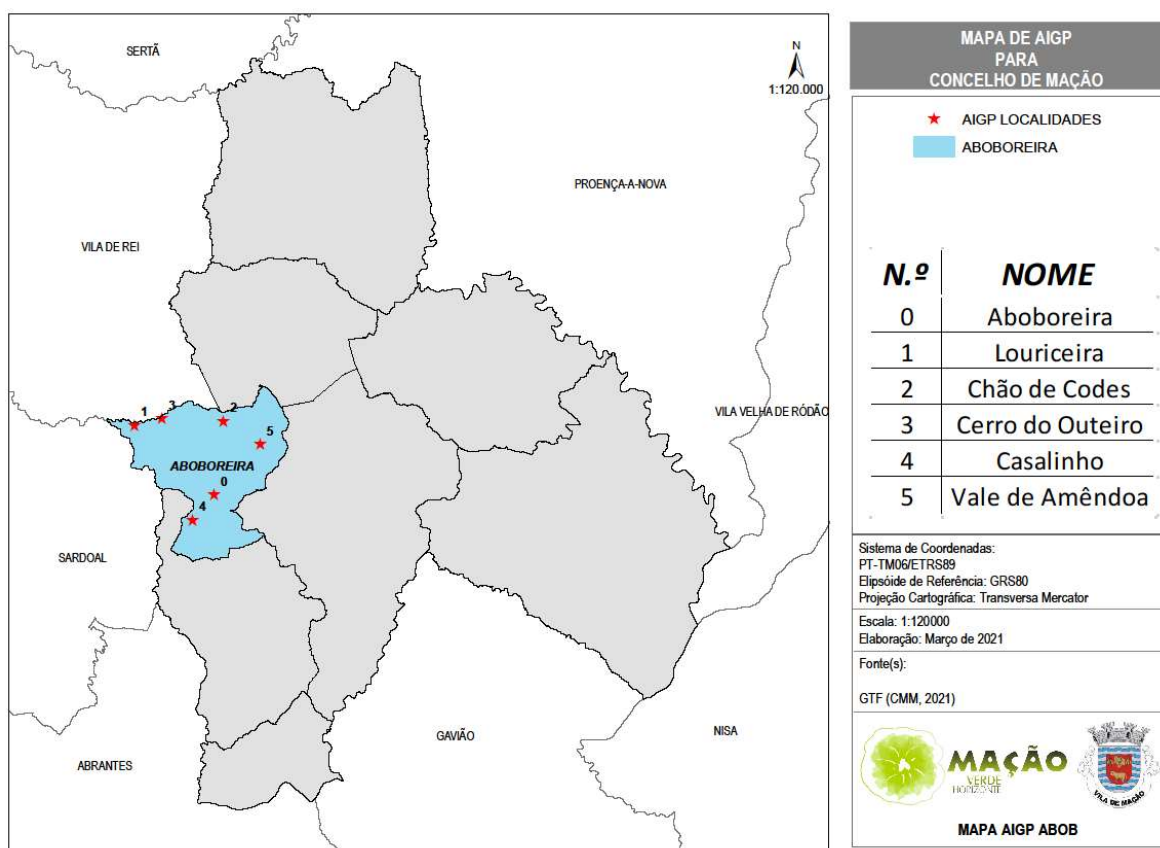


Figura 6: Distribuição dos aglomerados urbanos na área de intervenção da AIGP de Aboboreira

B - Orografia e Caracterização Biofísica

O território de implantação da AIGP de Aboboreira apresenta uma orografia muito acidentada. As maiores altitudes encontram-se a Nascente, na zona de cumeada do Bando do Codes, com cerca de 600 metros. As zonas junto das margens da Ribeira de Codes e da Ribeira de Eiras, são os locais que apresentam menor altitude, de aproximadamente 250 m.

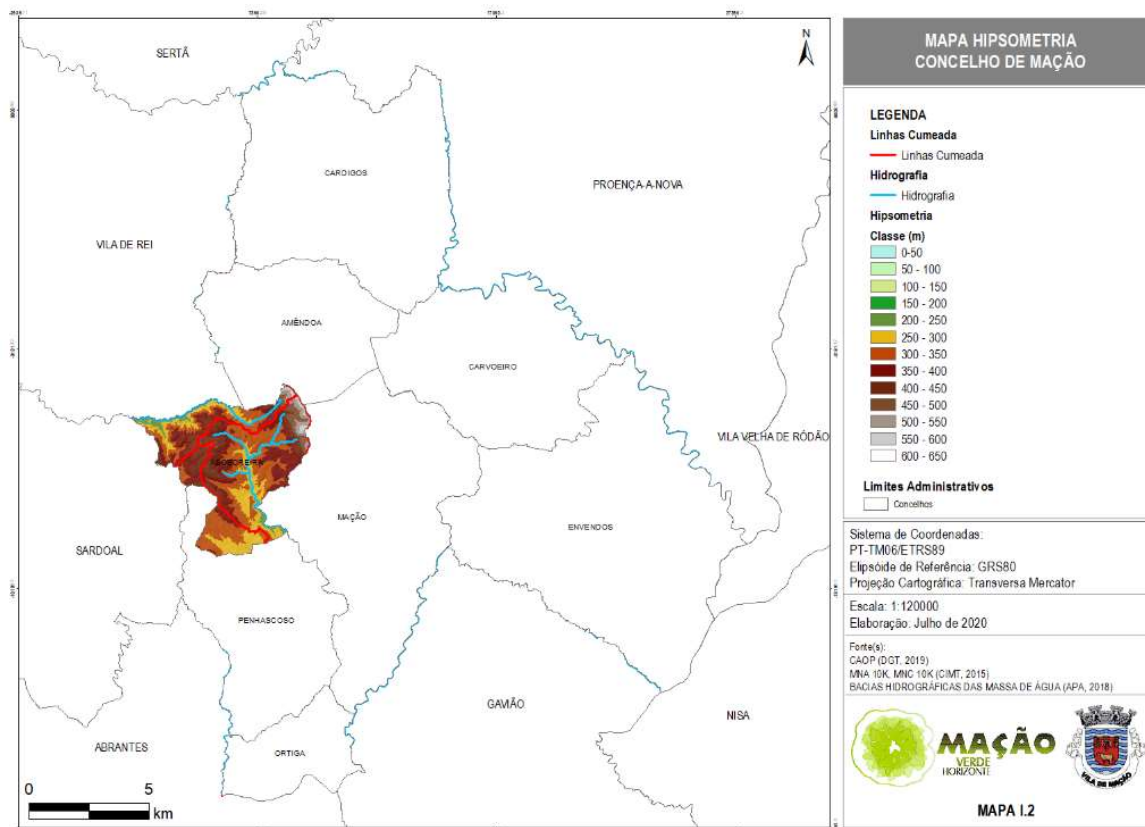


Figura 7: Hipsometria da AIGP – Aboboreira

O declive acentuado é uma das mais marcantes características deste território. Efetivamente os declives inferiores a 10%, representam apenas 24% da área, enquanto a maior parte do território (cerca de 54%) apresenta declives entre 10% a 30%. 21% da área do território que apresenta um declive superior a 30%.

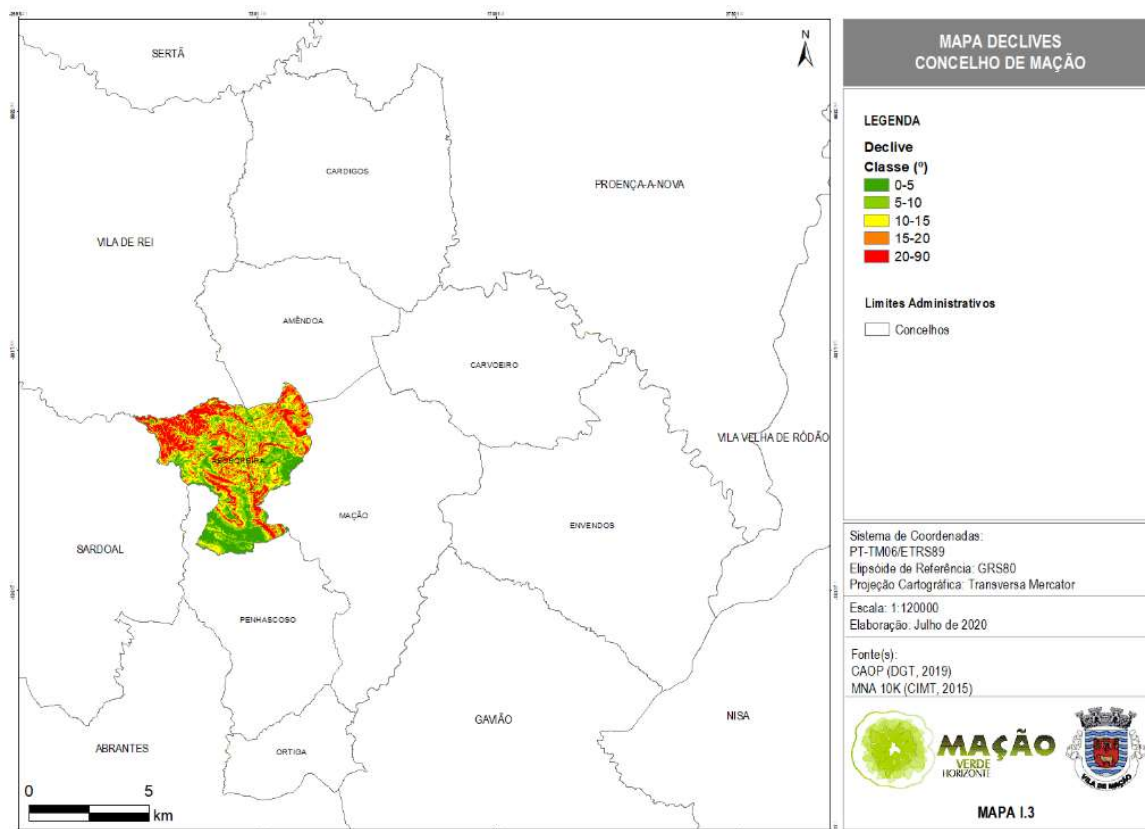


Figura 8: Declives da AIGP - Aboboreira

C - Ocupação dos Solos

A ocupação dos solos da área de intervenção é maioritariamente florestal. O segundo tipo de ocupação de solos mais comum nesta área são extensões de incultos. Estes territórios correspondem a zonas de matos onde, após os incêndios, não aconteceu qualquer regeneração dos povoamentos florestais anteriormente existentes.

Realçamos também que a atual área florestal resulta maioritariamente de regeneração natural, sem qualquer intervenção, na sequência de grandes incêndios anteriores. A plantação está confinada a algumas das áreas de eucaliptal. Salienta-se também a área de agricultura extremamente reduzida.

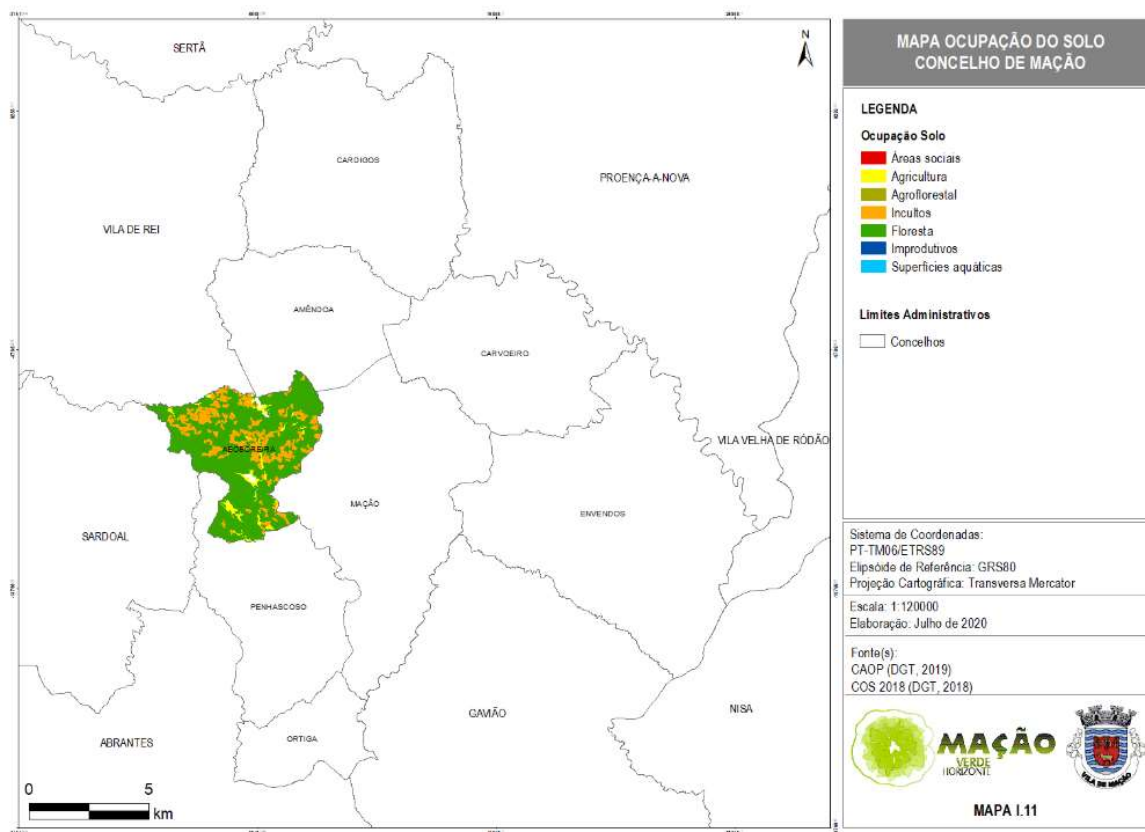


Figura 9: Ocupação de Solo da AIGP - Aboboreira

D - Litologia e Solos

Relativamente à caracterização litológica, podemos constatar que a área de intervenção se encontra, na sua totalidade, sob a influência de rochas ácidas duras, maioritariamente representadas por xistos (complexos xisto-grauváquicos), a que se junta uma importante mancha de quartzitos.

Pela observação do terreno, foi ainda constatado que os solos, na sua maioria, apresentam pouca profundidade (10-30 cm) e, em menor expressão, moderada profundidade (30-60cm). Conforme as regiões, apresentam inconstância na pedregosidade.

E - Exposição Solar

O nível de captação de energia solar interfere significativamente nas condições climáticas que se fazem sentir ao nível do solo, e no conseqüente desenvolvimento do seu coberto vegetal, o que condiciona fortemente as culturas a privilegiar.

A exposição solar do território da AIGP de Aboboreira é extremamente diversificada, mas simultaneamente homogénea, sendo muito significativo o equilíbrio presente entre as zonas de Umbria (N-E e NW-) que caracterizam 50.5% da área e os 49,2% de zonas Soalheiras (E-NW).

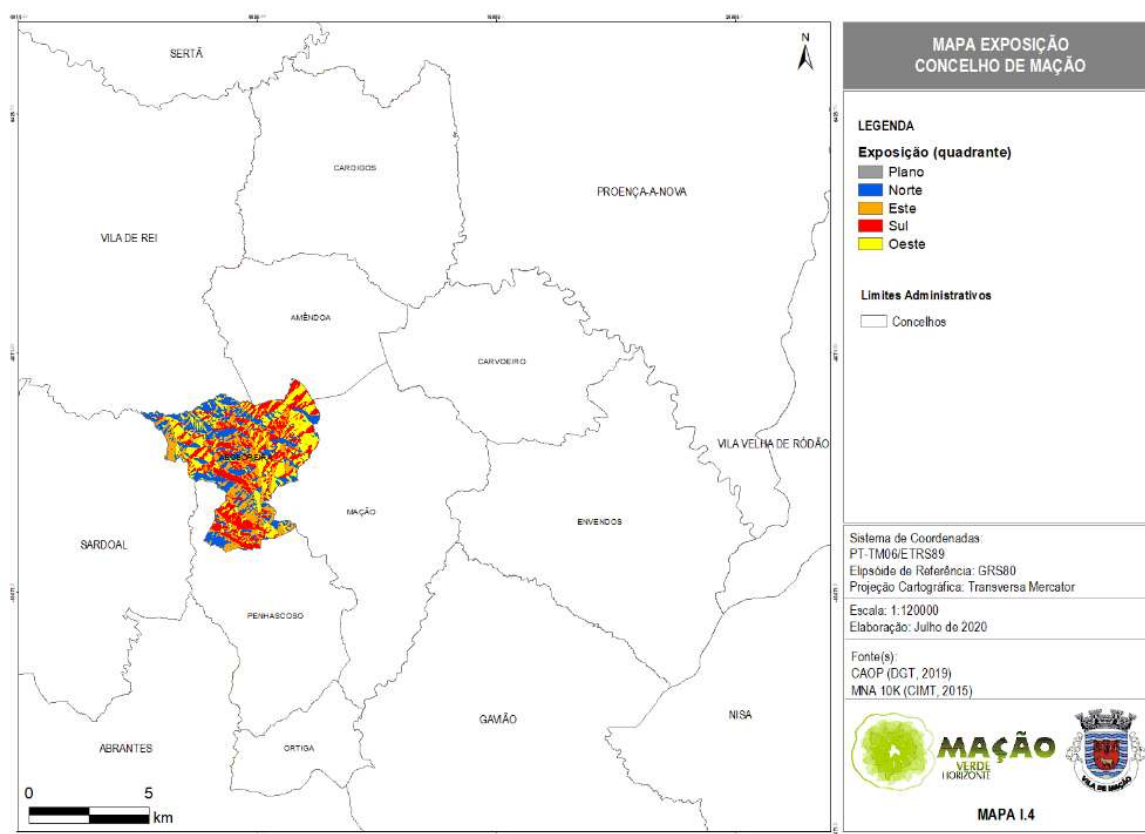


Figura 10: Exposição Solar da AIGP – Aboboreira

Apenas 3% do território se apresenta como indiferente devido s suas características de planície.

F - Modelos de Combustível

Tendo o território desta AIGP sido atingido por um novo grande incêndio em 2017, que teve início em Alvaiázere (no distrito de Coimbra), a paisagem apresenta-se ainda com uma reduzida carga combustível.

No entanto, a forte recorrência de grandes incêndios é claramente indicativa da elevada capacidade de produção primária e do elevado desenvolvimento que se verifica da vegetação. Apresenta-se na imagem seguinte a classificação dos modelos de combustíveis presentes em 2017.

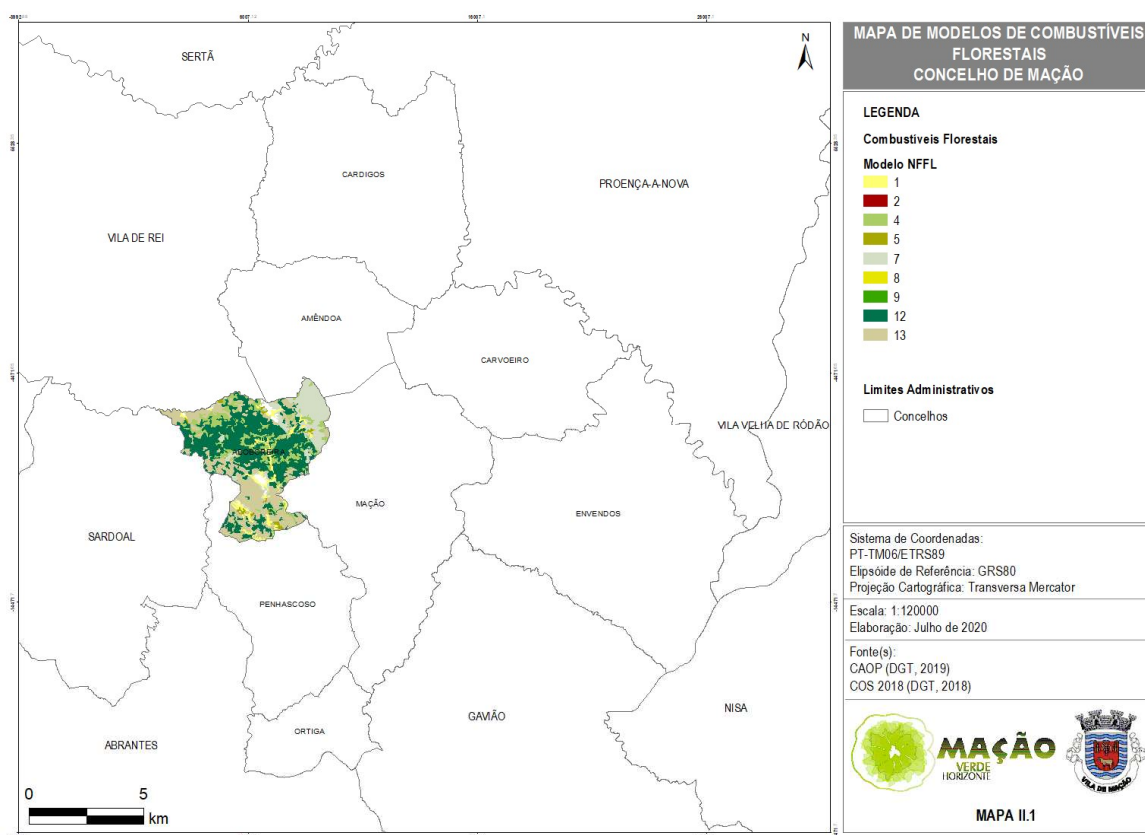


Figura 11: Modelo de Combustíveis Florestais da AIGP - Aboboreira

O coberto vegetal apresenta uma regeneração natural desordenada, de áreas ocupadas por pinheiro-bravo e eucalipto, sendo notória a crescente e área ocupada pela invasora *Hakea Cericea*.

G - Hidrografia

A hidrografia da AIGP de Aboboreira é marcada pela presença de duas ribeiras:

- Ribeira de Codes, que nasce no Bando do Codes e corre de Nascente para Poente. Delimita a Norte grande parte da zona de intervenção, e faz parte da sub-bacia Hidrográfica do Rio Zêzere;

Ribeira de Boas Eiras - Coadouro que corre para sul e faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo.

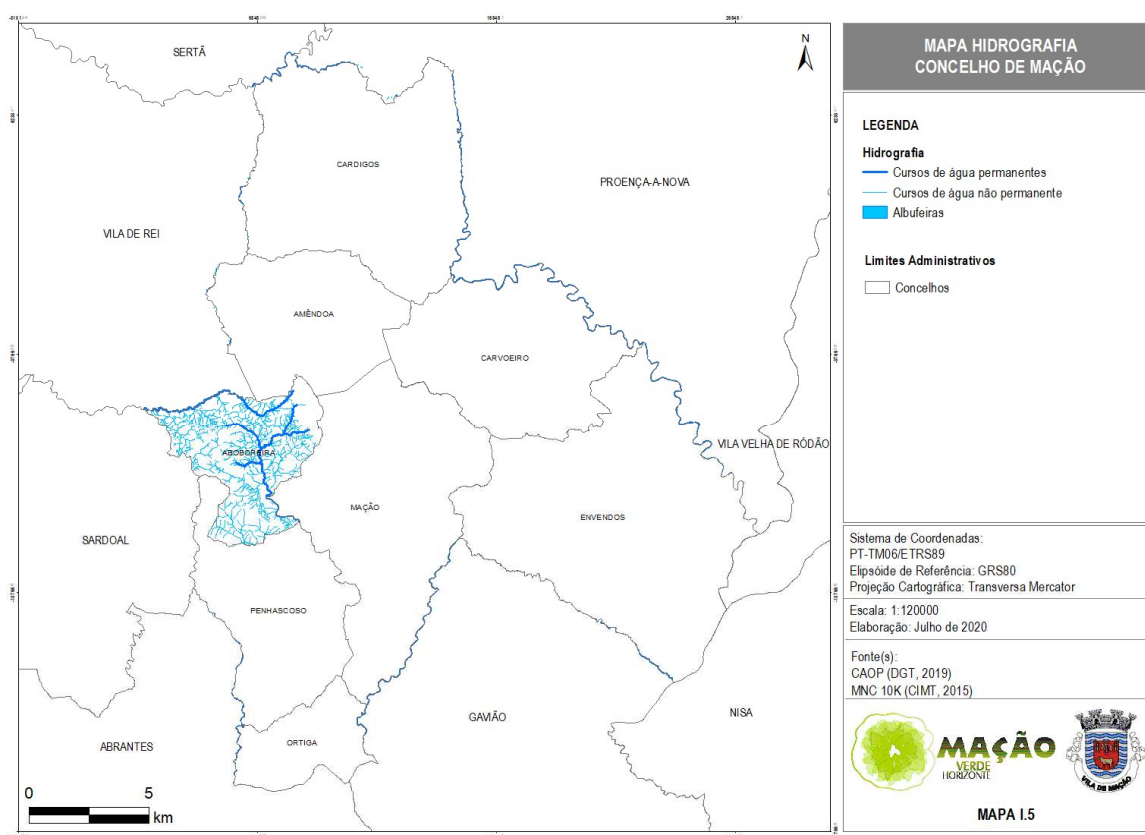


Figura 12: Hidrografia da AIGP - Aboboreira

H - Locais críticos com risco de incêndio, Áreas Edificadas e outras Infraestruturas

Na presente AIGP, encontram-se cinco núcleos urbanos, sendo os mais representativos a Aboboreira e o Chão de Codes. As restantes aldeias (Casalinho, Louriceira e o Cerro do Outeiro) são de reduzida dimensão. Para proteção destes aglomerados dos incêndios rurais, encontra-se projetada uma rede de faixas de gestão combustível na sua envolvente.

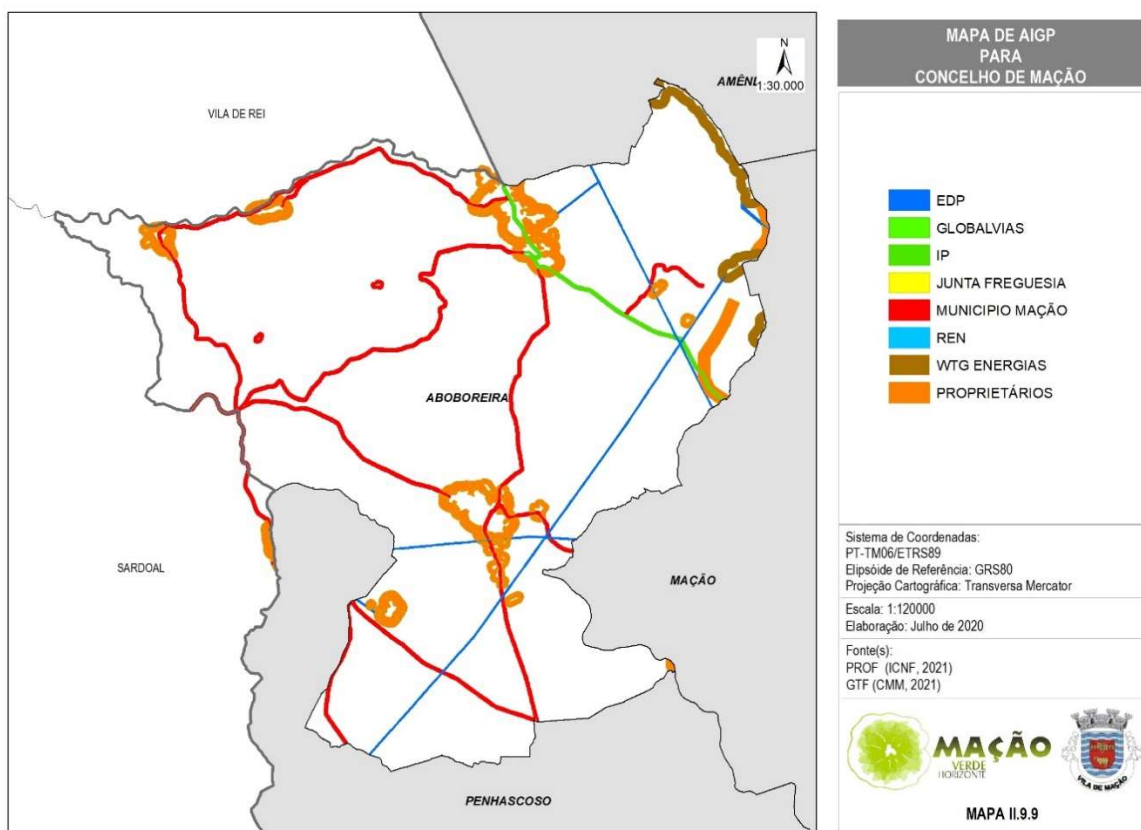


Figura 13: Infraestruturas de Defesa da AIGP - Aboboreira

Na imagem anterior estão identificados os diferentes tipos de infraestruturas de defesa existentes e planeados e para este território. Incluem-se as faixas de gestão combustível, bem como as entidades responsáveis pela sua construção e manutenção, nomeadamente:

- O Município de Mação, que detém a responsabilidade de construção e manutenção das faixas de gestão combustível ao longo da rede viária municipal;
- A EDP, nas faixas sob as linhas elétricas;
- Os proprietários dos terrenos confinantes com edificações das áreas urbanas.
- A WTG-Energias, entidade proprietária do Parque Eólico existente no Bando do Codes.

I - Enquadramento da AIGP de Aboboreira relativamente ao PROF

Segundo o Plano Regional de Ordenamento Floresta o Concelho de Mação apresenta-se dividido em duas Sub-regiões homogéneas: a Floresta do Meio a Norte, e a Charneca do Tejo a Sul. Esta divisão encontra-se presente da mesma forma na AIGP de Aboboreira.

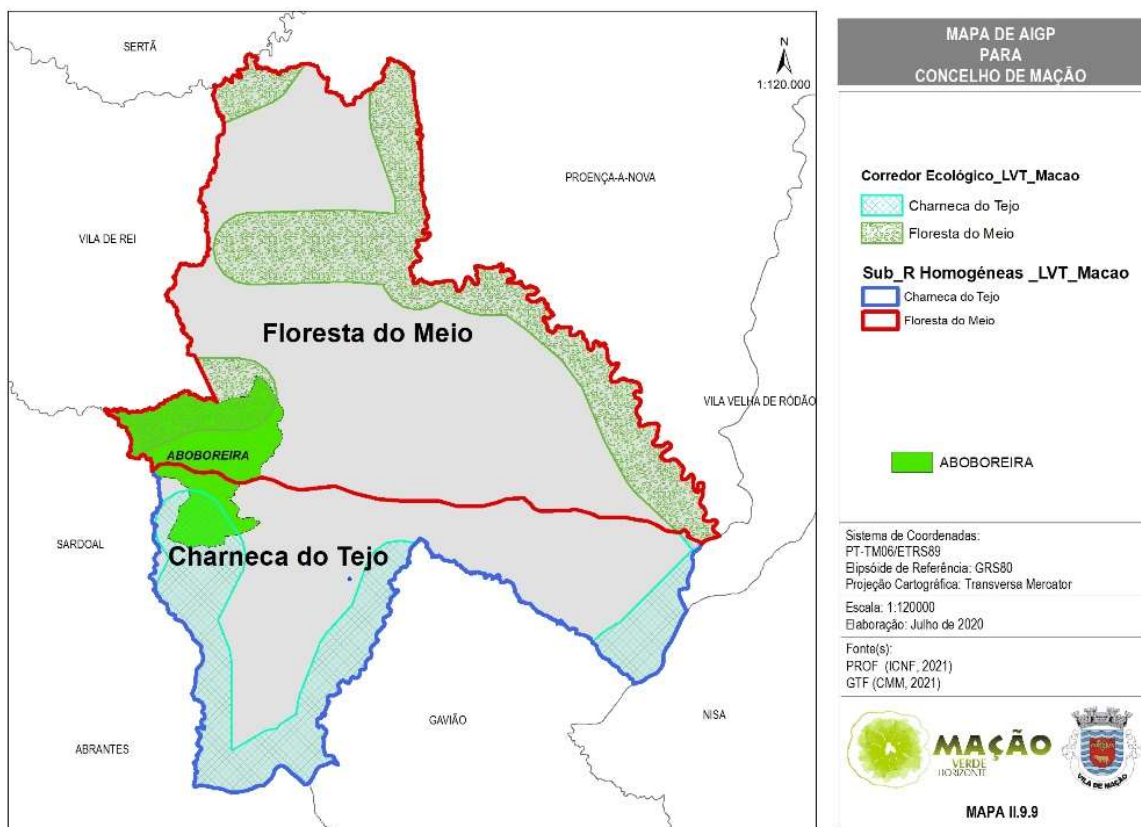


Figura 14: Enquadramento da AIGP - Aboboreira relativamente ao PROF

A “Sub-região homogénea” constitui uma unidade territorial com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização.

No Concelho de Mação e na AIGP de Aboboreira, encontram-se duas Sub-regiões homogéneas, a Charneca do Tejo e a Floresta do Meio, bem como áreas florestais sensíveis e corredores ecológicos. As funções principais definidas para os espaços florestais para a Sub-região da Charneca do Tejo no PROF-LVT, são:

- Função Primária: pd – Produção;
- Função Secundária: pt – Proteção;
- Função Terciária: sp/c – Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Relativamente à Sub-região homogénea da Floresta do Meio, as funções principais definidas para estes espaços florestais pelo PROF-LVT, são a silvo-pastorícia, caça e pesca nas águas interiores.

Os Corredores Ecológicos são faixas que visam promover ou salvaguardar a conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, favorecendo o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, com uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, constituindo ao nível da escala dos PROF uma orientação macro e tendencial para a região no médio a longo prazo.

Na AIGP de Aboboreira, estão implantados sobre as principais linhas de água, com distribuição homogénea pelo território, nomeadamente na da Ribeira do Codes.

No âmbito do PROF, entende-se por “Áreas Florestais Sensíveis” os espaços florestais que apresentam:

- Perigosidade de Incêndio Florestal;
- Suscetibilidade a Pragas e Doenças;
- Risco de Erosão;
- Importância Ecológica;
- Importância Social e Cultural.

Nesta AIGP, como se encontra claramente identificado na imagem seguinte encontra-se presentes, ocupando áreas significativas, espaços florestais sensíveis, que importa proteger.

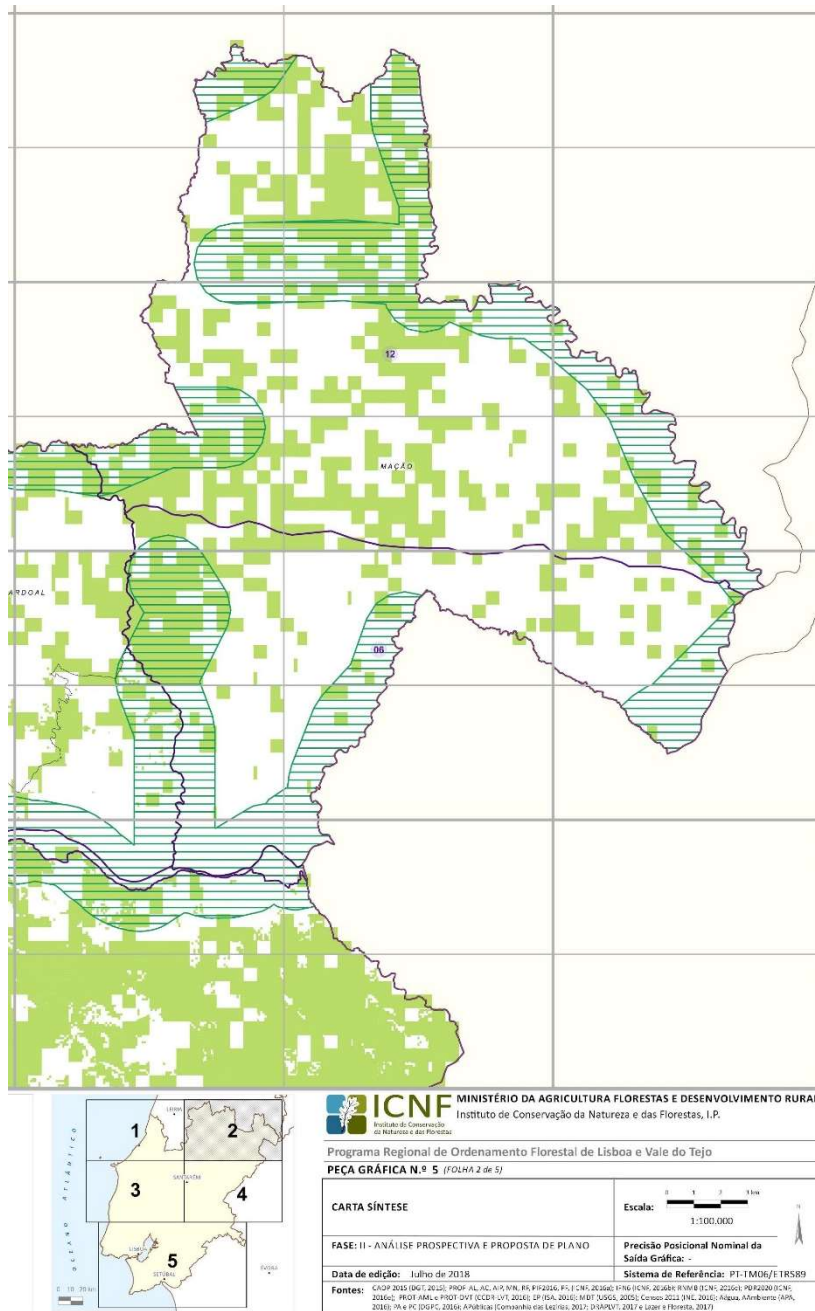


Figura 15: Enquadramento da AIGP – Aboboreira e do Concelho de Mação relativamente ao PROF

J - Enquadramento da AIGP de Aboboreira relativamente ao PDM, a REN e RAN

Em termos de **PDM**, a área da AIGP de Aboboreira encontra-se predominantemente incluída em espaço agro-silvo-pastoril, com forte componente em espaço florestal, sendo o espaço agrícola residual. Dos núcleos urbanos existentes, apenas se encontram delimitados os perímetros urbanos das aldeias de Aboboreira e Chão de Codes.

RAN: Área residual, coincidente em grande parte com as áreas classificadas como espaço agrícola, correspondentes às margens de linhas de água.

REN: Inclui a quase totalidade da freguesia, sendo os (antigos) ecossistemas mais representativos as cabeceiras de linhas de água, áreas com risco de erosão e áreas de infiltração máxima, verificando-se ainda residualmente zonas ameaçadas pelas cheias, correspondentes às margens de algumas linhas de água.

K- Ponto de situação da informação cadastral disponível e estimativa do número de prédios abrangidos pela AIGP

A AIGP de aboboreira apresenta uma área de 2.723,70 hectares, dos quais 2.680,90 hectares se encontram divididos em 7781 artigos rústicos. Os prédios rústicos da AIGP de Aboboreira apresentam uma área média de 0,34 hectares.

O concelho de Mação dispõe de cadastro geométrico da propriedade rústica, elaborado pelo Instituto Geográfico e Cadastral na década de oitenta. A informação disponível sobre a propriedade rústica, para além do levantamento perimetral e marcos divisionais, permitirá associar um proprietário ao consultar a informação na posse do Ministério das Finanças. Foram identificados no concelho cerca de 71.585 prédios rústicos sendo a área média das parcelas de 0.57 hectares.

Apesar de em Mação não se verificar a necessidade de proceder ao levantamento cadastral, será de fulcral importância para o sucesso desta iniciativa encontrar novas formas e modelos de atualização e consulta da informação existente e a recolher. Considera-se necessário desenvolver metodologias e estratégias que permitam atualizar a informação existente e promover a sua utilização.

4.2.2 Identificação de atores relevantes

Para que a rápida implementação deste projeto seja uma realidade, importa conseguir reunir na sua concretização, os contributos e sinergias de todas as entidades que possam contribuir para o seu sucesso.

O fulcro do sucesso desta iniciativa reside em primeira análise nas pessoas. Este é um ponto crucial, já que são os proprietários dos terrenos rústicos que detêm os direitos legais efetivos sobre a gestão destes territórios. A complexidade desta intervenção não esconde a necessidade da criação de um ambiente social capaz de contribuir para a viabilização de uma mudança efetiva nos termos em que atualmente se relacionam os proprietários com a terra.

A informação direta e atempada, clara e fidedigna de todos representará um enorme desafio que importa cumprir. Em tempos de pandemia, com tão fortes restrições no contacto e movimentação das pessoas, ganha uma importância acrescida a capacidade de algumas instituições em criar e manter canais de comunicação diretos com os proprietários.

A implementação da presente proposta deverá ser devidamente enquadrada e acompanhada pelo grupo de trabalho interministerial criado pelo governo na sequência dos catastróficos incêndios florestais que atingiram o concelho de Mação, Vila de Rei e Sertã, e aos quais se juntaram posteriormente Oleiros e Proença-a-Nova.

Identificam-se agora atores relevantes, nomeadamente organizações e associações socioeconómicas atuantes na área ou com potencial para tal:

- **ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e Florestas:** Trata-se de entidade com enorme relevância neste Projeto, sendo essencial encontrar formas de viabilizar o seu profundo acompanhamento em todas as fases.
- **Câmara Municipal de Mação:** Trata-se da entidade local com maior relevância neste projeto. Como gestor concelho em cada vez maior número de áreas sucessivamente descentralizadas, poderá condicionar decisivamente todas as intervenções. Releva-se também o empenho com que os decisores municipais encaram este projeto, absolutamente fulcral para o futuro do concelho de Mação. Num projeto desta magnitude, a Câmara Municipal assumirá papel decisivo em inúmeras intervenções de terreno, tendo em conta os recursos materiais e humanos disponíveis.

- **Aflomação – Associação Florestal de Mação:** Esta associação de produtores foi constituída após os catastróficos incêndios de 2003, com o objetivo de promover a gestão conjunta em áreas de minifúndio e contribuir para o correto ordenamento e gestão do território. Tendo sido pioneira na promoção das Zonas de Intervenção Florestal, é atualmente a entidade gestora de 5 ZIF situadas no concelho de Mação, com uma área de implantação de aproximadamente 7500 hectares. A Aflomação detém um profundo conhecimento do território e das suas potencialidades e constrangimentos, bem como dos anseios dos proprietários rurais deste território. Para além de uma equipa técnica experiente, constituída por três técnicos, detém a gestão de três equipas de sapadores florestais, que constituem uma das primeiras brigadas de sapadores florestais constituídas, perfazendo um total de 18 funcionários.
- **Juntas de Freguesia:** São estes os agentes autárquicos que mais intimamente contactam e interagem com a população, e de cuja contribuição depende a viabilidade de um projeto desta natureza. Consequentemente, será imprescindível a sua colaboração permanente.
- **AmarMação – Associação de Desenvolvimento do Concelho de Mação:**
Esta Associação aglutina virtualmente a totalidade dos estabelecimentos da hotelaria e restauração do concelho, bem como os produtores e transformadores relacionados com o setor primário, nomeadamente cerca de duas dezenas de lagares de azeite.
- **Bombeiros Voluntários de Mação:** O sucesso desta iniciativa está altamente correlacionado com a forma como se integrará com todos os atores socioeconómicos relevantes do concelho. Pela sua importância, está previsto o estabelecimento de protocolo com os Bombeiros Voluntários de Mação na área da defesa da floresta contra incêndios florestais e sensibilização para a segurança e proteção contra incêndios
- **Empresas produtoras de pasta de papel:** Sendo a fileira do eucalipto, incontornavelmente, uma das mais importantes em termos de capacidade de retorno de investimento, e considerando que estas empresas possuem meios técnicos e financeiros significativos, seria extremamente positivo o seu envolvimento neste projeto. A sua colaboração ativa na planificação, aconselhamento e racionalização desta cultura nestas áreas de demonstração seria de especial importância. Será

também de todo o interesse que estes grupos se envolvam, não apenas no estudo das áreas de implementação, compassos de plantação, escolha dos clones, mas também através do patrocínio direto destas áreas, o que permitiria, para além da sua referida implementação, a obtenção de povoamentos modelares. Parte muito significativa da intervenção passará pela correção de situações atualmente existentes de povoamentos mal localizados ou em final de rotação. Os contactos prévios efetuados perspetivam a disponibilidade de empresas deste ramo para participar ativamente, como parceiros, no desenvolvimento desta fileira.

- **Empresas ligadas à transformação industrial da cortiça e do pinheiro-bravo:** Considerando a relevância das áreas ocupadas pelo pinheiro e do sobreiro será de relevante importância o envolvimento de entidades ligadas à transformação industrial da matéria-prima destas fileiras.
- **Empresas produtoras de energias renováveis:** A intransigente intencionalidade na preservação do ambiente e recursos naturais deverá acompanhar a necessidade de obtenção da energia necessária à consumação do projeto e até para abastecimento público, pelo que se procurará maximizar a demanda de fontes de energias renováveis, de que vários exemplos se encontram à disposição no cenário projetado. As características do concelho de Mação tornam viável a articulação com produtores dos diferentes tipos de energia renovável, nomeadamente hídrica, eólica; solar e biomassa, já instalados no concelho.
- **Instituições de Ensino Superior:** A experiência de algumas Universidades e Politécnicos na fileira florestal e outras inúmeras vertentes que pretendemos abordar, inclusive ambientais, determinam quase obrigatoriamente o estabelecimento de acordos, protocolos e outras formas de parceria que permitam introduzir elevada incorporação de tecnologia e inovação nas intervenções a efetuar. Serão convidadas a participar a Universidade de Aveiro, a Universidade de Évora, a Universidade Técnica de Lisboa, o Instituto Superior de Agronomia, bem como as Escolas Superiores Agrárias de Castelo Branco e Coimbra.
- **APABI – Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior:** Estando prevista a implementação/recuperação de olival, e dadas as especificidades

desta cultura, pretende-se estabelecer com esta associação um protocolo que possibilite acompanhamento técnico na fase de implementação e exploração desta cultura.

- **MelBandos - Cooperativa de Apicultores do Concelho de Mação:** Dispondo esta cooperativa de importantes meios técnicos e humanos para o desenvolvimento da apicultura, e considerando que se pretendem instalar apiários nos territórios objeto destas intervenções, propõe-se que seja estabelecido um protocolo, através do qual esta entidade colabore ativamente, não apenas na fase inicial, mas também na exploração deste importante recurso.
- **Acripinhal - Associação de Criadores de Ruminantes do Pinhal:** Sendo a silvo-pastorícia um elemento estrutural para o correto e harmonioso desenvolvimento deste projeto, que contempla a introdução de efetivos de pequenos ruminantes, e considerando a enorme experiência a par dos recursos humanos e técnicos que possui, pretende-se estabelecer uma forma de cooperação com esta entidade de cariz regional no fomento das atividades relacionadas com a caprinocultura e ovinocultura.
- **CapriPinhal - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra do Pinhal:** Dispondo esta cooperativa regional de experiência e recursos técnicos e humanos para a recolha de leite de cabra, e considerando que se pretende aproveitar este produto nos territórios objeto destas intervenções, propõe-se que seja estabelecido um protocolo através do qual esta entidade colabore ativamente no escoamento do leite recolhido.
- **ADAI - Associação para o Desenvolvimento Industrial:** Esta associação possui uma capacidade única em Portugal para estudar, através de modulação, os incêndios florestais e a sua dinâmica de desenvolvimento, pelo que se propõe o estabelecimento de um protocolo com vista a confirmar se a reflorestação proposta, a sua diversidade e áreas de baixa densidade de combustível, nas condições locais, apresentam condições para responder de modo positivo em caso de incêndio.

- **Fórum Florestal - Entidade Federativa da Floresta Portuguesa:** Considerando que um dos principais objetivos do projeto é a divulgação, parece-nos fundamental a colaboração desta entidade, que agrega cerca de quarenta associações florestais nacionais.
- **Associações de Caçadores e de Pesca:** Sendo a caça e pesca recursos de elevada potencialidade para a exploração multifuncional dos espaços rurais, e considerando que o território de implementação deste projeto se encontra na sua totalidade já sob gestão ordenada das várias associações de caçadores e pescadores, o entendimento com estas entidades permitirá seguramente valorizar este recurso e a sua capacidade de criar riqueza em proveito dos proprietários.
- **SerQ e Centro de Ciência Viva da Floresta:** A região dispõe de instituições, como o Centro de Ciência Viva e o SerQ, que dispõem de competências e um conhecimento da região que importa aproveitar de modo a valorizar a intervenção.

4.3 Proposta de Modelo de Gestão

A forma de gestão será o fulcro do sucesso deste projeto, já que se pretende promover a gestão conjunta de espaços rurais que apresentam uma estrutura de minifúndio. Importa atingir um envolvimento profundo dos proprietários, que na sua esmagadora maioria já não residem no território de intervenção.

A concretização dos ambiciosos objetivos de projeto está intimamente ligada à capacidade de criar e desenvolver processos de participação dos proprietários que viabilizem a constituição de uma entidade com inequívoca autoridade e capacidade de gestão efetiva do território e defesa, quer dos interesses dos proprietários, quer das boas práticas ambientais, sem esquecer a racionalidade económica. Para tal é necessário estabelecer elevados padrões de transparência e confiança.

O município de Mação possui várias entidades que poderão contribuir positivamente neste processo, entre as quais se encontra a associação de proprietários florestais Aflomação – Associação Florestal de Mação, que detém inclusivamente a gestão de cinco Zonas de Intervenção Florestal

Considera-se essencial, no entanto, a constituição de uma nova entidade gestora, capaz de se articular de forma organizada com as entidades existentes. Esta entidade será constituída num prazo máximo de 24 meses.

4.4 Prazo de Apresentação da OIGP

Considerando as áreas de implantação territorial muito relevantes e o extraordinariamente elevado número de prédios rústicos e proprietários em que se encontra dividido o território de implantação, os Proponentes consideram apresentar a Operação Integrada de Gestão da Paisagem até 15/04/2023, em aproximadamente 24 meses.